

Balanço de atividades

Senadora Patrícia Saboya 2007

EXPEDIENTE

Coordenação Geral

Gláucia Maria de Borba Benevides Gadelha – Chefe de Gabinete

Coordenação do Escritório do Ceará

Rita Valente

Edição e Redação Final

Mariana Monteiro e Patrícia Andrade

Edição de Imagens

Márcio Sanchez

Colaboração

Equipe do Gabinete da senadora em Brasília e do Escritório no Ceará

Editoração e Capa

SECS | SUPRES | Núcleo de Criação e Marketing

Sumário

PALAVRA DA SENADORA, **7**

Atenção ao Ceará, **11**

Compromisso com a Infância e a Adolescência, **31**

Atuação Legislativa, **55**

Opinião da Senadora e Reconhecimento Público, **69**



Jane Araújo / Agência Senado



Palavra da senadora

O ano de 2007 foi marcante para o meu mandato como senadora. Depois de dois anos de muita discussão com a sociedade civil e os próprios senadores, conseguimos aprovar, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, o projeto de lei que aumenta de quatro para seis meses a licença-maternidade em caráter voluntário. Foi uma grande vitória para as mães e, sobretudo, para os bebês brasileiros. As crianças são as principais beneficiadas por essa proposta fundamental para o seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional. O projeto, construído em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), precisa agora ser votado pela Câmara dos Deputados para depois ir à sanção presidencial.

Em outra frente de trabalho, continuei lutando pelas causas voltadas para o desenvolvimento do nosso Estado. Uma das principais lutas foi pela efetiva instalação de uma usina siderúrgica no Ceará. Quando, em 2006, o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, sinalizou que o empreendimento não seria viável economicamente para a estatal, comecei a me mobilizar. Fiz diversos discursos da tribuna do Senado falando da relevância dessa siderúrgica, que criaria 10 mil empregos para o povo cearense. No Palácio do Planalto, cobrei pessoalmente do presidente Lula que ele cumprisse com sua promessa de campanha de viabilizar o projeto. A siderúrgica acabou saindo, o que foi uma conquista significativa. Mas lamento que o governo federal tenha ficado de fora dos investimentos.

Em 2007, assumi um importante desafio: colocar meu nome à disposição da sociedade cearense para disputar a prefeitura de Fortaleza. Entendo que chegou a hora de discutir, com profundidade, os problemas que afligem a população da capital. Como não encontrei espaço para essa missão no PSB, resolvi aceitar o convite para ingressar no Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Infelizmente, no campo da política nacional, o ano foi marcado pela grave crise que se abateu sobre o Senado, com as denúncias contra o então presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Votei a favor de sua cassação e defendi a retomada das funções inerentes ao Senado Federal, com a análise e a votação de projetos essenciais para o País. Só assim será possível resgatar a credibilidade dessa instituição fundamental para a democracia brasileira.

Um grande abraço e boa leitura,

Patrícia Saboya



Atenção ao Ceará

As ações empreendidas pela senadora Patrícia para melhorar as condições de vida da população cearense

Ciente de que unir esforços é fundamental para o Ceará atingir um novo patamar de desenvolvimento, a senadora Patrícia Saboya tem atuado em parceria com os governos Estadual e Municipais, iniciativa privada e sociedade civil organizada, fomentando ações voltadas à atração de investimentos, viabilização da infra-estrutura básica, desenvolvimento de novos negócios e implementação de políticas públicas. Isso sem jamais deixar de lado sua permanente luta em defesa dos direitos e garantias da criança e do adolescente. Pensando no futuro da capital de seu Estado, Fortaleza, Patrícia Saboya anunciou em 2007 sua intenção de se candidatar a prefeita em 2008. Com a experiência de quem já foi primeira-dama da capital e do Estado, vereadora, deputada estadual e agora senadora, Patrícia entende que chegou a hora de discutir a fundo os problemas da cidade e apresentar aos eleitores soluções para eles. Como ficou sem espaço para sair candidata por seu então partido, o PSB, a senadora resolveu aceitar um dos vários convites que lhe foram feitos e ingressar no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Neste capítulo, você conhecerá as ações da senadora em 2007 voltadas para o Ceará.

■ AÇÕES CONJUNTAS

Dentre as estratégias adotadas em parceria com diversos atores sociais visando o desenvolvimento do Estado, destacamos as seguintes:

Com o Governo do Estado

A senadora Patrícia Saboya se tornou a principal interlocutora das reivindicações dos sócios da Ceará Steel junto à Petrobras, ao Ministério das Minas e Energia e até ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde que, no segundo semestre de 2006, surgiu o impasse em relação à efetiva instalação da Usina Siderúrgica do Ceará. Logo que a estatal deu sinais de que não estava mais disposta a fornecer o gás que viabilizaria a siderúrgica, Patrícia marcou audiências com o então ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, e com a ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, para tentar resolver o problema.

Quando o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, afirmou, em maio de 2007, que a Siderúrgica era "economicamente inviável", Patrícia foi à tribuna do Senado dizer que, a partir daquele momento, cobraria do próprio presidente Lula que fosse cumprido o contrato firmado em 2006 pelo qual a estatal se comprometia a fornecer o gás por U\$ 3,2 o milhão de BTUs. Em 3 de julho, o presidente afirmou em Fortaleza que, em agosto, daria, finalmente, o sinal verde para a instalação da Siderúrgica. Na presença da senadora Patrícia e do governador do Ceará, Cid Gomes, em uma reunião fechada, Lula disse, entre sério e bem humorado: "Afinal de contas, eu não quero mais a senadora Patrícia brava como ela anda comigo".

A Petrobras argumentava que o contrato assinado em 2006 era apenas uma minuta e que, com o aumento mundial do preço do gás, os valores teriam que ser reajustados. "A posição de Gabrielli parece mostrar que ele está cedendo ao lobby das siderúrgicas do sudeste", afirmou Patrícia a um jornal do Ceará.

A Petrobras terminou não participando do empreendimento. Mas o esforço da senadora, em parceria com o governador do Ceará e outras lideranças do Estado, surtiu efeito: um novo contrato foi assinado no Palácio do Planalto no fim do ano, prevendo a construção de uma siderúrgica para o Estado do Ceará ainda maior do que a primeira, embora movida a carvão mineral, mais poluente do que o gás natural. A senadora apenas lamentou que o projeto não teria a participação governamental, como prometido pelo presidente Lula.



Divulgação / Governo do Ceará

Em reunião com o governador Cid Gomes e empresários cearenses, Patrícia Saboya cobra do presidente Lula definição sobre a ida da siderúrgica para o Estado

Recursos para os Municípios

Para beneficiar diretamente os Municípios cearenses, a senadora Patrícia Saboya apresentou diversas emendas ao Orçamento Geral da União de 2008, no valor total de R\$ 88 milhões. Este montante poderia ser modificado quando o Orçamento Geral da União fosse votado pelo Congresso Nacional. Por meio de uma emenda da bancada do Ceará no Senado, Patrícia solicitou a destinação de R\$ 80 milhões para a Construção do Hospital Regional de Sobral. Para Sobral também foi apresentada emenda individual no valor de R\$ 200 mil, destinados à construção de uma sub-delegacia do Trabalho na cidade.

A principal emenda individual apresentada pela senadora destina R\$ 6,3 milhões à reestruturação da Rede Pública de Educação Básica de Fortaleza. Os recursos deverão ser empregados na construção de escolas para crianças de zero a seis anos: creches e pré-escolas. Certa do potencial turístico ainda não totalmente explorado de Fortaleza, Patrícia destinou outra emenda, de R\$ 500 mil, ao apoio a projetos de infra-estrutura turística em Fortaleza. Além de ajudar a projetar a capital cearense nacional e internacionalmente, o investimento em turismo será uma importante fonte geradora de empregos para a população em geral e, em especial, para os jovens, acredita a senadora.

Ainda para Fortaleza, Patrícia apresentou outras duas emendas: uma no valor de R\$ 200 mil para a aquisição de equipamentos hospitalares para o Instituto Práxis, conveniado ao SUS; e outra de R\$ 100 mil para a construção do anexo da Procuradoria da República da capital. Além disso, a senadora apresentou emenda no valor de R\$ 300 mil para implantação da UTI pediátrica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Outra emenda individual da senadora destina R\$ 200 mil para a compra de equipamentos e reforma da Fundação Raimundo Fagner. A entidade do cantor e compositor desenvolve projetos visando a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes de Orós, sua cidade natal.

O Município de Caucaia também foi beneficiado neste ano por uma emenda de Patrícia no valor de R\$ 200 mil. Neste caso, os recursos serão destinados a obras de calçamento em ruas da cidade.

■ APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

O escritório da senadora Patrícia em Fortaleza mantém um trabalho constante de proteção e assistência técnica e social às comunidades carentes com vistas à conquista da cidadania e das condições de auto-sustentabilidade. Em 2007, na grande Fortaleza, foram atendidas várias entidades associativas nas mais diversas demandas, especialmente, quanto à prestação de serviços técnico-especializados. Entre esses serviços, destacam-se:

- obtenção de atestado de registro e título de utilidade pública
- revisão de processos de aposentadoria
- reativação de associação comunitária
- realização de conferência temática
- elaboração de projetos
- formação de conselhos, inserção em fóruns de desenvolvimento
- adaptação de estatuto das organizações ao novo Código Civil
- regularização de serviço de transporte alternativo

- regularização da documentação de entidade
- projeto de construção de casas populares

Além das orientações técnicas, foram realizadas constantes visitas de acompanhamento, palestras e reuniões e participação em eventos sócio-culturais e esportivos das comunidades. O escritório esteve presente ainda em reuniões de conselhos e conferências temáticas realizados no Estado.

Merece destaque a visita realizada aos ABCs – Aprender, Brincar e Crescer, espaços que se tornaram referência nacional, desenvolvidos e implantados por Patrícia Saboya em 1991, quando era primeira-dama do Estado do Ceará. O Programa conta atualmente com 24 unidades na grande Fortaleza (18 ABC's, 02 Circos-Escola e 04

Divulgação



Crianças e adolescentes participam de atividades culturais nos ABCs

Centros Profissionalizantes), hoje denominados Ceará Espaço e Vida, Arte-Educação, coordenados pelo Governo do Estado. Os ABCs são espaços que acolhem crianças e adolescentes e investem na melhoria da qualidade de vida de quem está na faixa etária de 7 a 17 anos. Ali, são desenvolvidas atividades sócio-educativas, esportivas, artístico-culturais e profissionalizantes, todas coordenadas por profissionais com formação de nível superior.

O êxito dos ABCs, constatado em levantamento realizado pela equipe técnica da senadora, é uma prova incontestável de que o futuro depende, fundamentalmente, dos investimentos em políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes. Políticas que devem garantir seus direitos fundamentais como educação, saúde, moradia e oportunidades para uma vida livre e digna. O levantamento realizado nos ABCs, em outubro e novembro, mostrou que foram atendidos nas unidades, em 2007, mais de 15 mil jovens, em diferentes atividades artístico-culturais e esportivas, superando a meta de 9.600 atendimentos. Outros 786 jovens participaram de cursos profissionalizantes.

A senadora Patrícia, como coordenadora da Frente Parlamentar pelos direitos da criança e do adolescente, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado (STDS) e Unicef, pretende formar uma rede de Educação Integral, tendo a experiência dos ABCs como modelo. A intenção é fortalecer as unidades que já existem e construir novas com a participação do setor privado.

■ DEBATES COM A SOCIEDADE CEARENSE

Com o Empresariado

Durante a reunião da diretoria plena da Federação das Indústrias do Ceará-FIEC, a senadora promoveu amplo debate sobre os impactos do programa Empresa Cidadã com os empresários cearenses, especialmente com os dos setores da Indústria Têxtil e Confecções do Ceará.

Como autora do Projeto de Lei nº 281/2005, que faculta às empresas a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses, em troca de incentivos fiscais, a senadora explicou aos empresários a importância do vínculo estreito entre a mãe e o bebê nos seis primeiros

meses de vida e disse por que não acredita que a proposta vá prejudicar as empresas.

Patrícia argumentou que o programa deve ser encarado como investimento e não apenas como custo por parte das empresas, que estarão demonstrando responsabilidade social, à medida que concederem a licença estendida. Terão, de volta, por outro lado, após a licença, uma funcionária mais disposta e com o senso de dever cumprido com o seu filho.

Divulgação / FIEC



A senadora Patrícia discute com empresários do Ceará seu projeto que amplia a licença-maternidade

(mais detalhes sobre o projeto da licença-maternidade de seis meses no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência)

"Toda mudança, realmente, causa impacto. O projeto não é obrigatório, mas irá criar uma cultura de responsabilidade social nas empresas. Os ganhadores dessa medida não serão somente as mães e os bebês, mas toda a sociedade brasileira", afirmou Patrícia aos empresários, já trazendo outro argumento: "A violência é a principal preocupação do brasileiro hoje", observou, atribuindo o problema ao crescente "exército da população de excluídos" no País. "Investindo na primeira infância é que vamos mudar esse quadro", concluiu.

Com os Estudantes

Com o propósito de defender os interesses da sociedade cearense, sobretudo das classes menos favorecidas, a senadora Patrícia, mais uma vez, saiu em defesa das crianças e adolescentes ao se posicionar contra a proposta da redução da maioria penal. Como o assunto era polêmico, Patrícia promoveu debates com representantes da sociedade, como um fórum com alunos universitários do curso de Direito na Universidade Integrada do Ceará-FIC- que incluiu alunos de outros países em intercâmbio no Brasil.

A senadora demonstrou por meio de dados estatísticos que os problemas da violência no Brasil são bem mais complexos e que não podem ser tratados com ações pontuais, pois demandam uma solução a longo prazo. "Tudo está sendo muito importante para que nós possamos ver como o assunto é tratado do ponto de vista dos políticos", disse Carlos Prado, aluno do 4º semestre de Direito (mais informações sobre redução da maioria penal no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência).

Com o Conselho Estadual de Segurança Pública

Durante o I FÓRUM ESTADUAL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, a senadora Patrícia proferiu palestra com o tema: **A Criança e o Adolescente na Perspectiva da Segurança Pública**. Ela destacou que um dos fatores que mais contribuem para o ingresso dos jovens cada vez mais cedo na criminalidade é a sociedade consumista de hoje. “Os sonhos dos adolescentes da periferia não são diferentes dos sonhos de qualquer outro adolescente”, afirmou a senadora. Patrícia destacou a importância de investimentos em políticas sociais e em educação para prevenir que os jovens venham a cometer atos infracionais.

Com o Centro Industrial do Ceará (CIC)

Com o tema Reforma Política e projetos do Senado Federal, a senadora participou de debate com representantes do Centro Industrial do Ceará (CIC), na TV CEARÁ. Patrícia discutiu pontos polêmicos da reforma, como financiamento público das campanhas eleitorais, fidelidade partidária e fim das coligações nas eleições proporcionais.

Com Vereadores

Durante o XXIII Congresso Estadual de Vereadores do Ceará, a senadora Patrícia falou sobre a importância das ações parlamentares voltadas à criança e ao adolescente no painel **Parlamento Amigo da Criança**. Cerca de 500 vereadores cearenses ouviram a palestra e discutiram o tema com Patrícia.

Com a Missão de Cabo Verde e Representante do UNICEF

Uma delegação de Cabo Verde, composta por sete autoridades ligadas à garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi a Fortaleza se reunir com a senadora Patrícia e com representantes do Unicef para, contando com a experiência brasileira, elaborar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) daquele País. A senadora contou aos membros da delegação o trabalho realizado pela Frente Parlamentar pela Criança e o Adolescente e pela CPMI contra a Exploração Sexual de meninas e meninos, que ela presidiu entre 2003 e 2004. Foram discutidos também o sistema de Garantias e Direitos da Infância no Ceará.



Ana Emanuela

Patrícia Saboya se reúne com autoridades de Cabo Verde e representantes do Unicef

Na Casa Cor Ceará

O tradicional evento de decoração Casa Cor aconteceu em 2007 no centro histórico de Fortaleza, em um espaço construído no final do século XIX, agora denominado Museu da Indústria. Nesta versão, em que resgatou a história e a arte cearenses, a Casa Cor teve como uma das homenageadas a senadora Patrícia Saboya. Um estúdio personalizado tentou traduzir a personalidade da senadora, por meio da decoração e até de uma trilha sonora composta com base no gosto pessoal da parlamentar. Na revista da Casa Cor 2007, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, escreveu um perfil homenageando a senadora. Um dos trechos diz:

"Este ano, o calor do afeto e o sentimento de justiça que presidem a escolha foram buscar Patrícia Saboya. Patrícia, líder dos movimentos estudantis, presidindo o Centro Acadêmico de sua Faculdade, iniciando uma

Divulgação / Casa Cor



Senadora recebe homenagem na Casa Cor Ceará

caminhada de êxitos na área social, aliando competência e obstinação, à frente da Operação Fortaleza (OPEFOR) e do Movimento de Promoção Social, quando primeira dama do Município de Fortaleza e do Estado do Ceará, respectivamente. Desses períodos, permanecem vivas na memória do cearense as construções de creches numa média de uma a cada dois dias. Casa Cor da esperança nacional e dos projetos ABC e SOS Criança”.

Com a Associação das Primeiras Damas

A senadora Patrícia compareceu, na Assembléia Legislativa, ao lançamento do Instituto Stela Naspolini, organização vinculada à Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Estado do Ceará (APDM-CE). O objetivo do instituto é investir em políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e jovens. A senadora Patrícia Saboya enfatizou a importância do trabalho do Instituto e afirmou: “Se um dia puder ver todas as crianças do meu País tendo uma infância digna, com acesso à educação e cultura, neste dia eu estarei feliz. Essa luta farei com prazer e foi a Stela Naspolini quem plantou essa semente no meu coração”, disse, referindo-se a uma das maiores especialistas em educação do Ceará e uma das idealizadoras dos ABCs.

■ A ADESÃO DO CEARÁ À LICENÇA-MATERNIDADE DE 6 MESES

Dois mil e sete foi o ano em que o Governo do Ceará passou a conceder a licença-maternidade de seis meses para as funcionárias de sua administração. A adesão estadual impulsionou outros

Municípios cearenses a também conceder a licença estendida a suas funcionárias. Até o final do ano, 27 cidades cearenses já ofereciam a licença-maternidade de seis meses, inspirada no projeto de Patrícia Saboya, a suas trabalhadoras do setor público.

■ FILIAÇÃO AO PDT-PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Disposta a discutir os problemas de Fortaleza e diante da possibilidade concreta de se candidatar à prefeitura da capital cearense em 2008, no dia 28 de setembro de 2007, Patrícia Saboya se filiou ao PDT. A cerimônia, bastante concorrida e com presença maciça da imprensa, aconteceu na sede do partido em Fortaleza e contou com a participação do presidente nacional do partido, ministro

Divulgação / PDT



Patrícia filia-se ao PDT e discute candidatura à prefeitura de Fortaleza

do Trabalho Carlos Lupi, principais lideranças do PDT cearense, seu presidente André Figueiredo, deputado estadual Heitor Férrer, deputados e vereadores do Estado e até lideranças de outros partidos.

Em seu discurso, a senadora fez questão de enfatizar que estava entrando no PDT "para agregar" e que seu principal objetivo era apresentar alternativas para os problemas que afetam Fortaleza. Ao saudar Patrícia Saboya como a nova filiada ao PDT, Carlos Lupi afirmou que se sentia honrado em receber a senadora "que tem se constituído em uma defensora da causa das mulheres, das crianças e da educação". Sobre o PSB, a senadora Patrícia disse que saía sem mágoas e sem ressentimentos e reconheceu a importância do partido e o apoio recebido na época de sua filiação.

■ RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE CEARENSE

Durante todo o ano, Patrícia Saboya foi homenageada pelas mais variadas instituições públicas e privadas pelos relevantes serviços prestados à sociedade cearense. Dentre as homenagens de reconhecimento que lhe foram conferidas pela sua atuação como senadora da República, destacamos:

NOME DO PRÊMIO MEDALHA	INSTITUIÇÃO CONCEDENTE	DATA	LOCAL	JUSTIFICATIVA DA HOMENAGEM
Troféu Instituto de Pesquisa Américo Barreira-IPAB	Instituto de Pesquisa Américo Barreira-IPAB	16/03	Câmara Municipal Fortaleza	Relevantes serviços prestados pela senadora
Medalha Capistrano de Abreu	Câmara Municipal de Maranguape	24/03	Câmara Municipal de Maranguape	Reconhecimento dos serviços prestados ao Ceará e ao Município de Maranguape

Homenagem Especial à Senadora	Associação das Mulheres de Negócios do Ceará	01/06	Restaurante Boi Preto	Homenagem à mulher, mãe e senadora da República
Comenda Maia Alarcon	Prefeitura de Tabuleiro do Norte	08/06	Câmara Municipal de Tabuleiro	Homenagem pela iniciativa de criar a lei nacional que inspirou a lei municipal da licença-maternidade de seis meses
Madrinha da Turma	Corpo de Bombeiros Militar do Ceará- Coronel Vasconcelos Sousa-Comandante	18/06	Quartel do Comando Geral do Ceará	Reconhecimento pelos serviços prestados ao Ceará
Medalha Governador João Thomé Saboya e Silva	Rotary Clube de Sobral	04/07	Pallace Buffet de Sobral	A Medalha Governador João Thomé Saboya e Silva instituída pelo Rotary Sobral, com a efígie do sobralense que foi o primeiro presidente do Rotary Clube no Brasil, é dedicada ao sobralense que mais se destaca no serviços à comunidade
Homenagem Casa Cor Ceará 2007	Comissão organizadora da Casa Cor 2007	09/10	Casa Cor do Ceará 2007	A história das lutas e conquistas pessoais e profissionais de Patrícia Saboya
Troféu Mulheres de Ouro-Pague Menos	Rede de Farmácias Pague Menos	29/07	Centro de Convenções do Ceará	No VII Encontro de Mulheres Pague Menos Homenagem às mulheres- destaque no Ceará
Medalha Herói Dragão do Mar	União Comunitária Jacira Mendes com apoio do vice-prefeito de Fortaleza-Carlos Veneranda	22/11	Praça do Ferreira	Relevantes serviços prestados pela senadora às associações comunitárias e ao povo cearense
Homenagem à senadora Patrícia Saboya	Sociedade Brasileira de Pediatria-XIX Congresso Brasileiro de Perinatologia	25/11	Museu da Indústria	Pelo projeto de ampliação da licença maternidade de 4 para 6 meses
Homenagem à senadora	Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV)	27/11	Assembléia Legislativa do Ceará	Relevante contribuição da senadora à efetiva aplicabilidade da Lei Maria da Penha. A solenidade de homenagens foi precedida de audiência pública promovida pela Assembléia Legislativa do Ceará sobre o tema.
Troféu Francisco Xavier de Medeiros (fundador de Canindé)	17ª edição do Prêmio Francisco Xavier de Medeiros-organização jornalista Chico Carlóto	01/12	Palácio Maçônico de Canindé	Bons serviços prestados a Canindé e à Região



Divulgação

Trabalho da senadora é reconhecido pela cidade de Maranguape



Divulgação / Corpo de Bombeiros

Patrícia Saboya é homenageada pelo Corpo de Bombeiros do Ceará





Compromisso com a infância e a Adolescência

*As ações da senadora Patrícia Saboya para assegurar
os direitos de crianças e adolescentes de todo o Brasil*

Uma das principais missões de Patrícia Saboya, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes obteve significativos avanços ao longo do ano de 2007. Embora tenha diversificado suas ações legislativas, a senadora continuou firme na luta por melhores condições de vida para os mais de 60 milhões de pessoas entre zero e 17 anos. Sua atuação se deu em várias frentes: apresentou e relatou proposições em sintonia com os direitos desse segmento populacional; participou de debates, dentro e fora do Parlamento, para discutir os principais temas que dizem respeito à infância e à adolescência; teve presença marcante nas mais importantes campanhas públicas governamentais e não-governamentais nessa área; denunciou os descasos cometidos contra meninos e meninas do nosso País e buscou mais recursos no Orçamento da União para os programas voltados à população infanto-juvenil.

■ LICENÇA-MATERNIDADE DE SEIS MESES

Entre as mais importantes conquistas do ano de 2007 está, sem dúvida, a aprovação do projeto de lei 281/2005, de autoria da senadora, que propõe a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses em caráter voluntário para as trabalhadoras da iniciativa privada em troca da concessão de incentivos fiscais às empresas que aderirem à idéia. Construída em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a proposta foi aprovada, no dia 18 de outubro de 2007, por unanimidade, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), seguindo diretamente para análise na Câmara dos Deputados. O relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável ao texto original de Patrícia Saboya com o acréscimo de cinco emendas elaboradas para aperfeiçoar o projeto.

Célio Azevedo / Agência Senado



Ampliação da licença teve repercussão positiva na mídia nacional

"Hoje é um dia radiante – talvez um dos momentos mais importantes do meu mandato porque estamos conseguindo assegurar um direito fundamental às nossas crianças", comemorou Patrícia Saboya na data da aprovação pela CDH. "Com esse projeto, queremos provar que o forte vínculo afetivo entre mães e filhos é essencial para o desenvolvimento saudável e equilibrado de meninos e meninas. A primeira infância deve ser preservada e cuidada. Isso porque cuidar da primeira infância é cuidar do desenvolvimento do País", acrescentou a senadora, que é coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O texto aprovado pela CDH contemplou emendas para ampliar o acesso das empresas ao programa de incentivos fiscais, já previsto no projeto da senadora Patrícia Saboya. A proposta, que será ainda apreciada pela Câmara, prevê a dedução, no imposto devido das empresas (tanto naquelas tributadas pelo lucro real quanto pelo lucro presumido), do valor correspondente aos dois meses excedentes do salário da trabalhadora. No caso das pequenas e micro empresas, a dedução acontecerá no âmbito do Simples. Outras emendas apresentadas estabelecem a ampliação da licença para as mães adotivas – proporcional à faixa etária da criança adotada –, e para as servidoras públicas federais.

Adesão do Poder Público e do Empresariado

A senadora tem trabalhado intensamente para difundir essa causa por todo o Brasil. Em 2005, depois de apresentar o projeto nacional no Senado, Patrícia Saboya lançou a todos os Municípios brasileiros um desafio: o de criar, em lei municipal, o benefício para as servidoras públicas. A prefeitura de Beberibe, no Ceará, encampou prontamente a idéia fazendo com que a cidade se tornasse a primeira a conceder a licença ampliada às suas funcionárias. Para reforçar a campanha, a sena-

dora enviou a todas as prefeituras do Ceará uma minuta exemplificando como deve ser uma proposta com esse conteúdo.

"Com o nosso trabalho em todo o País, estamos criando uma cultura em torno da importância da licença-maternidade de seis meses para as crianças e as mães brasileiras", acredita a senadora. Até dezembro de 2007, a licença de seis meses era uma realidade para as servidoras públicas de 62 Municípios (27 dos quais no Ceará) e de oito Estados (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Amapá, Rondônia, Espírito Santo). No Rio de Janeiro, o governador sancionou projeto que prevê o benefício ampliado às trabalhadoras do setor privado, nos moldes da proposta da senadora Patrícia. Em várias Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais tramitam propostas nesse sentido.

Diversas empresas também já concedem o benefício. Um exemplo é a Fersol, indústria de defensivos químicos de São Paulo, onde as

Agência Senado



Paulo Paim, Dioclécio Campos Júnior, Tião Viana (presidente interino do Senado) e Patrícia comemoram apoio da população ao projeto da licença-maternidade

mães têm, desde 2004, direito à licença de seis meses, e os pais, de dois meses. Recentemente, a Nestlé do Brasil, que conta com 16 mil funcionárias, anunciou que concederá o benefício ampliado às suas trabalhadoras. O projeto da senadora Patrícia também é entusiasticamente apoiado pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire. Em agosto de 2007, Patrícia Saboya foi homenageada na solenidade de abertura da Semana Mundial da Amamentação (SMAM), realizada na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Na ocasião, ela recebeu uma placa do ministro Temporão, e do presidente da SBP, Dioclécio Campos Júnior, em reconhecimento pelo seu trabalho em prol do aleitamento materno e da licença-maternidade prolongada.

A idéia da licença de seis meses, que vem ganhando importantes adesões entre autoridades e empresários Brasil afora, também tem o aval popular. Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado em outubro



Divulgação / SBP

Pediatras, mães e a madrinha da campanha pela licença de seis meses, a atriz Maria Paula, participam de audiência pública no Senado

de 2007 mostrou que 80% dos brasileiros apóiam o projeto de lei da senadora Patrícia. Para 76% dos brasileiros ouvidos pelo DataSenado, o bebê será o principal beneficiado com o projeto de lei. Apenas 14% consideram que a mãe será a maior beneficiada.

Para Patrícia Saboya, a pesquisa revela o amadurecimento da sociedade brasileira. Já existe no Brasil, afirmou a senadora, a compreensão de que o maior patrimônio do País são as crianças. De acordo com ela, o estudo do DataSenado "serve para compreender também que uma Nação só pode ser justa, só pode ser livre, quando é capaz de cuidar de quem mais precisa, de quem é mais vulnerável, de quem é mais frágil, que são os nossos filhos, que não podem subir a rampa do Planalto, que não podem se manifestar, que precisam da nossa representatividade, precisam da nossa fala, da nossa voz, do nosso coração e de toda a paixão que a gente possa ter por essa causa, que é a melhor de todas, a causa de um Brasil muito melhor e de uma humanidade muito mais sensível".

A pesquisa entrevistou 805 brasileiros residentes em capitais e que têm telefone fixo. Quando perguntados sobre as condições que o projeto de lei impõe às mães para o recebimento do benefício, 67% dos entrevistados concordam que elas sejam proibidas de exercer atividade remunerada durante a licença e que não coloquem seus filhos em creches nesse período.

Das 386 pessoas que acreditavam que a proposta poderá diminuir as oportunidades de trabalho para as mulheres, 42% mudaram de opinião ao serem informadas que a concessão do benefício será facultativa por parte das empresas.

Na solenidade de divulgação do levantamento, o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), declarou que o indicador da integridade moral de uma Nação é aquilo que se faz pela criança. "E

essa matéria é um abraço afetuoso, de muita proteção, do Senado para a criança brasileira", afirmou Tião Viana, comprometendo-se a fazer gestões junto ao presidente da Câmara, deputado Arlindo Chiagnolia (PT-SP), para que a matéria seja apreciada o mais brevemente possível naquela Casa.

Fortalecimento dos Laços Afetivos

O objetivo central da licença-maternidade de seis meses é propiciar o estreitamento do vínculo afetivo entre a mãe e o filho. É nesta fase que o crescimento do cérebro humano ocorre de forma mais intensa. De acordo com o presidente da SBP, Dioclécio Campos Júnior, autor do anteprojeto de lei que deu origem à proposta apresentada pela senadora, de zero a seis meses o cérebro cresce dois grammas por dia, enquanto entre seis meses e três anos de idade, o órgão aumenta apenas 0,35 grama diariamente. A velocidade das ligações entre os neurônios cai ainda mais entre os três e os seis anos, sendo em média de 0,15 grama por dia. Esse ritmo de desenvolvimento jamais será alcançado em outra fase da vida. Patrícia Saboya lembra que o afeto e a estimulação adequados que o bebê recebe de quem o cerca nesse período são determinantes para o seu grau de desenvolvimento. Isso sem falar na segurança e autoconfiança que essa ligação estreita entre mãe e filho traz, ressalta ela.

Outra intenção do projeto é corrigir o descompasso entre a atual legislação brasileira, que estabelece uma licença de quatro meses, e a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que as mães devem amamentar seus filhos por, no mínimo, seis meses. "O leite materno é uma verdadeira vacina, capaz de prevenir diversos males como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas. Com isso, em médio prazo, a tendência é o Estado gastar menos com a hospitalização de crianças",

afirma Dioclécio Campos Júnior. Segundo ele, a amamentação durante esse período reduz em 17 vezes as chances de a criança ter pneumonia; em 5,4 a incidência de anemia e em 2,5 a possibilidade de diarreia. Dados da SBP mostram que o Sistema Único de Saúde (SUS) gasta, anualmente, só com internações de crianças de até um ano, vítimas de pneumonia, cerca de R\$ 400 milhões. Por outro lado, estimativas da Consultoria Legislativa do Senado indicam que se todas as empresas brasileiras adotassem a licença de seis meses, a renúncia fiscal seria em torno de R\$ 500 milhões anuais.

■ PRIMEIRA INFÂNCIA

Ao lado da luta pela licença-maternidade de seis meses, Patrícia Saboya tem dedicado especial atenção às questões relativas à primeira infância por entender que a fase de zero a seis anos é crucial para o desenvolvimento das crianças. Uma das mais importantes batalhas nesse campo é pela ampliação do acesso das crianças nessa faixa etária a creches e pré-escolas de qualidade. A senadora atuou intensamente nas discussões e votações do Fundeb no Congresso Nacional. Em 2007, no processo de regulamentação do Fundo, a articulação de Patrícia Saboya foi determinante para que o texto contemplasse todas as crianças do ensino básico de forma justa, inclusive as em idade de freqüentar creches.

Ainda em 2005, uma forte parceria entre a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o movimento "Fundeb pra Valer", da sociedade civil, garantiu a inclusão das creches na proposta vinda do Executivo. No debate da regulamentação, Patrícia Saboya conseguiu outra vitória para as crianças pequenas: convenceu a relatora do projeto, senadora Fátima Cleide (PT-RO), a retirar do texto

a diferença entre os recursos a serem destinados às creches públicas e às conveniadas. Segundo o relatório, as creches conveniadas, que atendem cerca de 200 mil crianças nas comunidades mais pobres do País, receberiam 30% a menos que as da rede pública. Patrícia argumentou que essa diferenciação criaria duas categorias de crianças: aquelas que teriam acesso a um ensino melhor e as que ficariam relegadas a estudar em instituições com menos capacidade para investir em proposta pedagógica e infra-estrutura. Além disso, segundo a senadora, destinar menor volume de recursos para as creches conveniadas terminaria por punir, ainda mais, as entidades que atuam hoje com mais dificuldades e que atendem a população mais necessitada do País.

“Os estudiosos defendem que, além do bom convívio no ambiente familiar, meninos e meninas nessa faixa etária ganham muito ao freqüentar creches e pré-escolas de qualidade, onde possam ser aten-



Divulgação / FUMDEB

Patrícia Saboya apóia a luta pela ampliação do acesso à Educação Infantil no País

didados por profissionais especializados, capazes de fazer a ponte entre o que as crianças já sabem e o que elas podem conhecer e aprender, abrindo possibilidades de crescimento intelectual, social e emocional", destaca a senadora. O problema é que o Brasil ainda está longe de cumprir essa missão. A Síntese dos Indicadores Sociais 2007, do IBGE, traz dados alarmantes sobre o acesso das crianças mais pobres às instituições de creches no nosso País. De acordo com o IBGE, nas famílias mais pobres do Brasil, apenas 9,9% de crianças na faixa entre zero e três anos freqüentavam creches em 2006. Segundo o Instituto, se considerarmos as famílias com rendimento mensal per capita de mais de 3 salários mínimos, o acesso à creche e à pré-escola cresce para 40,7% das crianças. Esse número era de 15,5% no total das famílias. Em novembro de 2007, a senadora participou do seminário **Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia da Violência**, promovido pelo Senado Federal e que discutiu, com parlamentares e especialistas, a importância do investimento nas crianças de zero a seis anos por ser esta uma fase primordial na construção do ser humano e para a formação de indivíduos mais aptos para a convivência social e para viver em uma cultura de paz.

■ CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Ainda no campo da Educação, outra conquista em 2007 foi a sanção do projeto de lei de autoria da senadora Patrícia que determina a inclusão dos direitos de crianças e adolescentes no currículo obrigatório das escolas de Ensino Fundamental. A nova norma, que ficou com o número 11.525-07, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e estabelece que o ECA seja a principal fonte desse novo conteúdo a ser ministrado nas escolas. Os preceitos contidos no ECA deverão ser transmitidos aos alunos pelos professores das disciplinas já

existentes, não havendo a necessidade da criação de uma nova matéria só para tratar desse tema.

"O Brasil tem uma imensa dívida com as suas crianças e adolescentes, que são o segmento mais vulnerável da população. Segundo estudos do Unicef, 45% das pessoas de até 17 anos de idade vivem em situação de pobreza. Portanto, precisamos, cotidianamente, lutar pela aplicação dos direitos de todos os meninos e meninas do nosso País, conforme está escrito no ECA", salienta a senadora Patrícia. No entender dela, um dos caminhos para fazer valer esses direitos no dia-a-dia é divulgando-os na comunidade escolar, em particular, e na sociedade, de modo geral. "O Estatuto é uma das leis mais avançadas do mundo. Infelizmente, apesar de já ter completado 17 anos, ele nunca foi implementado na totalidade. Isso tem que mudar. E o primeiro passo é fazer



Divulgação

Apesar de ter 17 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente não é cumprido no Brasil: milhões de meninos e meninas permanecem excluídos no País

com que a população brasileira o conheça melhor, sobretudo os agentes mais interessados, que são as próprias crianças e adolescentes", afirma Patrícia Saboya. A proposta foi aprovada por comissões do Senado e da Câmara antes de seguir para a sanção do presidente da República.

■ A POLÊMICA DA MAIORIDADE PENAL

Um dos assuntos mais debatidos ao longo de 2007 foi a redução da maioridade penal – tema que ganhou mais força, dentro e fora do Congresso Nacional, depois da trágica morte do menino João Hélio, de apenas seis anos, em fevereiro, no Rio de Janeiro. Dois meses depois, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou substitutivo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) a seis propostas de emenda à Constituição (PECs), que reduz a maioridade penal para 16 anos nos casos de crime he-

Jane Araújo / Agência Senado



Crianças e adolescentes protestam, no Senado, contra a redução da maioridade penal

diondo e dos equiparados a este, como tráfico, tortura e terrorismo, desde que laudo técnico psicológico, elaborado por junta designada por juiz, ateste a plena capacidade de entendimento do adolescente do ato ilícito praticado. Na ocasião, Patrícia Saboya apresentou Voto em Separado pela manutenção da imputabilidade penal aos 18 anos.

Na opinião da senadora, reduzir a maioria penal não vai acabar com o problema da violência no Brasil. Em seu Voto em Separado, Patrícia listou mais de 20 pontos que sustentam sua posição contrária à medida. Destacou que a legislação brasileira não escolheu aleatoriamente a idade dos 18 anos, baseando sua opção no padrão adotado pelos mais importantes documentos internacionais sobre o tema, como a Convenção dos Direitos da Criança, da ONU. Ressaltou que o rebaixamento da idade penal teria pouco impacto sobre os índices da violência no Brasil, já que os adolescentes são responsáveis por apenas 10% dos crimes cometidos no País, ficando bem abaixo da média mundial, que é de 11,6%. E chamou atenção para o fato de que são raros os casos de homicídios cometidos pelos adolescentes (cerca de 1% do total) – dados que derrubam o famoso mito de que os jovens são especialmente perigosos.

Ela disse também que é preciso acabar com a falsa idéia de que os adolescentes ficam impunes no Brasil, explicando que uma pessoa de 12 anos já pode ser responsabilizada pelos delitos que comete, segundo as regras do ECA, e que, em alguns casos, os infratores podem ficar até nove anos cumprindo medidas sócio-educativas. Patrícia Saboya acrescentou que, quando há o devido acompanhamento psicopedagógico, o grau de reincidência juvenil é inferior a 2% -- um índice bem distante dos 60% verificados no sistema carcerário brasileiro. Patrícia afirmou ainda que o rebaixamento da idade penal não vai alterar o fato de que os adolescentes são mais vítimas do que autores da criminalidade. Ela defendeu a imediata e total implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que prevê a formação continuada dos agentes socioeducadores;

a priorização das medidas em meio aberto; a criação de um plano individual de atendimento para cada adolescente infrator; a reforma das unidades de internação mediante parâmetros pedagógicos e arquitetônicos; e a mobilização das comunidades e da mídia para o acompanhamento e resolução de um problema que é de toda a sociedade.

■ COMBATE À EXPLORAÇÃO E AO ABUSO SEXUAL

O enfrentamento da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes continua sendo uma das prioridades do mandato da senadora Patrícia, que, entre 2003 e 2004, presidiu uma CPMI dedicada ao assunto. Em 2007, durante as mobilizações da semana do Dia 18 de maio (Data Nacional de Combate à Violência Sexual), a Frente Parlamentar di-

Márcia Kalume / Agência Senado



Patrícia e parlamentares da Frente da Infância recebem, dos movimentos sociais, documento sobre violência sexual

vulgou o documento **Quando a vítima é a criança e o adolescente: combater a impunidade é garantir a proteção**, elaborado em parceria com entidades da sociedade civil. A principal conclusão do texto foi a de que, três anos depois do término dos trabalhos da CPMI, a maioria dos casos considerados emblemáticos pela comissão ainda está sem solução.

O documento analisou a resposta dada pelo Estado brasileiro na responsabilização dos envolvidos em crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes e na proteção das vítimas avaliando a situação dos 80 casos mais graves levantados pela CPMI da Exploração Sexual. Destes, 55 tiveram inquéritos e processos instaurados, mas em apenas 18 deles foi possível traçar um diagnóstico preciso de seus desdobramentos até aquela data (maio de 2007). No universo desses 18 casos, com 29 acusados, somente três foram condenados. E, em apenas sete, houve a adoção de medidas de proteção às vítimas. "A lógica, ao investigar essas



Marcello Cabral

Frente Parlamentar entrega dossiê sobre crimes sexuais ao vice-presidente do STF, ministro Gilmar Mendes

situações, foi a de que se a CPMI escolheu tais casos como emblemáticos, a resposta do Estado também deveria ter sido emblemática, o que não aconteceu. Imagine, então, o que ocorre com os milhares de outros episódios de violência sexual de todo o País?”, questionou o consultor Renato Roseno, um dos responsáveis pela elaboração do documento. “A nossa conclusão é a de que o Estado é duplamente agressor. Em geral, é omissivo. E, quando resolve agir, acaba sendo um violador dos direitos das crianças e adolescentes, maltratando as vítimas na medida em que as transforma em fonte de informação para a punição”, ressaltou Roseno, chamando atenção para o fenômeno da revitimização desses meninos e meninas.

“Precisamos ter um Brasil que efetivamente proteja suas crianças e adolescentes. Foi com essa preocupação que encomendamos o estudo. Vimos, na CPMI, o drama de meninos e meninas que sofreram muito com as situações de violência e acabaram estigmatizados. E é para eles que temos de dar respostas concretas”, disse Patrícia Saboya. “Infelizmente, vemos que as instituições brasileiras não estão preparadas para dar essas respostas. Esse é um documento precioso, que vai nos dar um norte importante no trabalho de identificar os obstáculos que nos impedem de combater a impunidade no nosso País”, completou Patrícia. O documento foi entregue a várias autoridades dos três Poderes.

Ações no Ceará

Ainda na semana do 18 de maio, a senadora Patrícia, em parceria com o Fórum Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual, entregou ao governador do Ceará, Cid Gomes, um pacote de medidas emergenciais para combater o problema no Estado. No conjunto de propostas, há ações nas áreas de segurança pública, como o funcionamento em regime de plantão interinstitucional (24 horas) do Sistema de Garantia de Direitos – IML, Dececa e SOS Criança; combate ao turismo sexual; comunicação, com a

veiculação de campanhas de esclarecimento na mídia; e treinamento dos profissionais das áreas de saúde e educação para capacitá-los a identificar as vítimas e encaminhá-las aos órgãos especializados no atendimento.

Em 2007, uma importante vitória na luta contra a exploração sexual foi a sanção presidencial de um dos cinco projetos propostos pela CPMI que se dedicou ao tema. A proposta que já virou lei estabelece que locais públicos deverão expor cartazes com incentivo à denúncia de exploração sexual. Além de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, hotéis, motéis, pousadas e outros serviços de hospedagem, a afixação de cartazes com o texto "Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes. Denuncie já!" também é obrigatória nas casas noturnas de qualquer natureza, clubes sociais, associações recreativas e desportivas, salões de beleza, agências de modelo, casas de massagem, saunas, academias de dança, ginástica e atividades físicas correlatas, postos de gasolina e demais locais de acesso público junto a rodoviárias. O anúncio deverá ser afixado em local de fácil visualização e estar escrito em português, inglês e espanhol. Conterá também os telefones pelos quais é possível fazer as denúncias. Quem descumprir a lei, está sujeito a pagar multa de dez a 50 salários de referência.

■ ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL

Como coordenadora da Frente Parlamentar, Patrícia Saboya também se engajou na luta contra a exploração da mão-de-obra infantil. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Patrícia, realizou audiência pública para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente dentro das mobilizações em torno da data de 12 de junho – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. O encontro, que contou com a participação de diversas crianças, reuniu especialistas e representantes do go-

verno, que traçaram um diagnóstico do problema e discutiram soluções para enfrentar o cenário em que quase três milhões de crianças entre cinco e 15 anos pegam no batente hoje no País.

“É preciso buscar políticas mais ousadas e criativas, encontrar os meios e as estratégias necessárias para chegarmos às soluções. Mas, acima de tudo, é fundamental garantir os recursos no Orçamento Público para que seja possível universalizar o atendimento de programas como o PETI (de erradicação do trabalho infantil), que não chega a todas as crianças que estão trabalhando no Brasil”, disse a senadora. Segundo estudo realizado pelo técnico do IPEA Roberto Gonzalez a partir dos dados da PNAD e apresentado ao Fórum Nacional de Prevenção e Eradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) em outubro de 2007, crianças e adolescentes brasileiros que trabalham têm jornada igual e, muitas vezes, superior a de adultos. Enquanto a jornada padrão, para os maiores de 18 anos, é de 40 horas semanais, cerca de 380 mil meninos e meninas (14% dos mais de 2,7 milhões de trabalhadores, de cinco a 15 anos de idade) tinham, em 2006, jornada igual ou superior a 40 horas.

Os dados da PNAD também indicam, segundo a análise do técnico do IPEA, um percentual bastante alto de crianças e adolescentes trabalhadores que freqüentam a escola: 93% dos ocupados entre 5 e 9 anos; 96% dos ocupados entre 10 e 13 anos; e 84% dos ocupados entre 14 e 15 anos. “Porém, a proporção dos que repetem ou abandonam é o dobro dos que não trabalham”, destacou Gonzalez.

■ INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA PELA INFÂNCIA

Outra significativa ação na área dos direitos de crianças e adolescentes em 2007 foi a realização, em junho, do **I Encontro Parlamen-**

tar Latino-Americano pela Infância. O evento, que reuniu legisladores, assessores e representantes da sociedade civil do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Chile, aconteceu na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e foi promovido em parceria pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional e pela ONG Save the Children Suécia.

No final dos debates, os participantes fizeram uma série de propostas para estreitar os laços entre os países na luta por melhores condições de vida para meninos e meninas. Entre as sugestões, estão a criação de canais de comunicação entre parlamentares, assessores e sociedade civil de toda a América Latina para propiciar a troca de idéias e experiências sobre legislação e políticas públicas exitosas; o estímulo à formação de frentes parlamentares sobre o assunto e a adoção de estratégias para, em um futuro próximo, criar uma rede em defesa da infância na região.



Márcia Kalume / Agência Senado

Patrícia participa do I Encontro Latino-Americano pela Infância, realizado em Brasília

■ BANCO DE DADOS DE PROJETOS

Em novembro, a Frente Parlamentar promoveu, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Unicef e com a consultoria técnica do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), o **Seminário Técnico Parlamentar sobre Proposições em Tramitação no Congresso Nacional Referentes aos Direitos da Criança e do Adolescente**. Um dos objetivos do evento foi estabelecer uma agenda de trabalho conjunta e articulada para aprovação de projetos legislativos que fortaleçam o marco legal da doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente. Os integrantes da Frente Parlamentar vão trabalhar para que as propostas definidas como prioritárias sejam aprovadas com urgência na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entre os projetos considerados prioritários estão a ampliação de quatro para seis meses da licença-maternidade, a regulamentação da aplicação de medidas sócio-educativas, a facilitação de doações aos fundos da criança e do adolescente e o estabelecimento de regras mais duras no combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil.

Durante o encontro foram analisadas 488 proposições, entre propostas de emenda à Constituição (PECs) e projetos de lei (PLs), relacionadas à infância e adolescência, em tramitação no Congresso Nacional. Os projetos foram agrupados por assunto por consultores, cadastradas em um banco de dados e classificadas em três categorias: agregador de direitos, redutor de direitos e polêmicos. Divididos em grupos, os participantes do encontro analisaram as PECs e os PLs, discutiram os pareceres dos consultores, estabeleceram a prioridade para as matérias e propuseram estratégias de acompanhamento da tramitação. O banco de dados será transformado em um sistema que permitirá o acompanhamento das proposições e será administrado pelo Conanda.

Os participantes também sugeriram a rejeição de algumas matérias por considerar que elas representam retrocesso nos direitos da criança e do adolescente. A redução da maioridade penal, o aumento do tempo de internação de autores de atos infracionais, a habilitação aos 16 anos e o fim da obrigatoriedade da implantação dos Conselhos de Direitos são algumas propostas que devem ser rejeitadas.

Também foram identificadas áreas em que há lacunas sérias na legislação e que não contam com proposições satisfatórias em tramitação. Segundo os especialistas, a legislação atualmente não prevê punição para quem detém a posse intencional ou comercializa material eletrônico de pedofilia e difunde imagens de pornografia infantil simulada (desenhos), por exemplo. A sugestão é a formulação de uma legislação que criminalize os agentes envolvidos em toda a rede de pedofilia na internet.

■ ADOÇÃO

A senadora Patrícia também participou das discussões e de ações em torno do tema da adoção. Ela foi uma das juradas da campanha "Mude um Destino", uma iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em favor das crianças que vivem em abrigos. A associação instituiu um concurso para premiar os melhores abrigos do Brasil, incentivando-os a promover iniciativas que visem reaproximar as crianças abrigadas de suas famílias. Além de premiar as instituições que oferecem melhor estrutura, ressaltando que o abrigo deve funcionar como uma casa de passagem e não uma habitação permanente, o concurso concedeu prêmios para ações no âmbito da Justiça e para reportagens jornalísticas sobre a situação dos abrigos brasileiros.

Na opinião de Patrícia Saboya, o Brasil precisa de uma verdadeira mudança de mentalidade no que diz respeito à adoção e, nesse sentido,

campanhas como a da AMB são muito bem-vindas. "Lamentavelmente, boa parte dos brasileiros ainda procura apenas crianças pequenas, brancas e do sexo feminino para adotar. E isso, obviamente, precisa mudar. Acredito que só vamos conseguir transformar essa realidade, que é muito cruel para milhares de meninos e meninas que chegam a passar a infância e a adolescência inteiras nos abrigos, com a realização constante de ações e campanhas de conscientização da sociedade sobre essa questão, derrubando mitos e preconceitos, que, infelizmente, ainda permeiam esse campo", afirma.

■ MAIS RECURSOS NO ORÇAMENTO DE 2008

Como coordenadora da Frente Parlamentar, a senadora Patrícia apresentou emendas ao Orçamento da União para 2008 no valor de cerca de R\$ 600 milhões, beneficiando crianças, adolescentes, trabalhadores e grupos socialmente desfavorecidos. As propostas foram aprovadas pelas Comissões de Assuntos Sociais, Constituição e Justiça, Educação e Direitos Humanos.

Na Comissão de Educação, Patrícia conseguiu a aprovação de emenda no valor de R\$ 500 milhões para construção e reforma de creches e pré-escolas em todo o País. Já a CCJ aprovou emenda da senadora no valor de R\$ 50 milhões, a serem investidos pelo Ministério Público do Trabalho em ações destinadas à erradicação da exploração da mão-de-obra infantil. Na CAS, a senadora conseguiu a aprovação de emenda de R\$ 50 milhões para o Ministério do Trabalho suplementar os recursos destinados ao Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, como estratégia de incentivo à geração de trabalho e renda. A Comissão de Direitos Humanos, por sua vez, acatou emenda de Patrícia Saboya que prevê R\$ 100 mil para as ações da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Atuação Legislativa

Em um ano em que um de seus principais projetos foi aprovado no Senado, Patrícia Saboya também ampliou sua área de atuação no Congresso Nacional

Em 2007, a senadora Patrícia Saboya deu continuidade a sua luta pelos direitos da criança e do adolescente e viu aprovado, em outubro, no Senado, o projeto de sua autoria que aumenta para seis meses a licença-maternidade. A decisão, tomada por unanimidade pelos membros da Comissão de Direitos Humanos da Casa, foi uma vitória importante na direção da aprovação desse direito fundamental dos bebês brasileiros (mais informações no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência). Na defesa do desenvolvimento do Ceará, uma de suas principais ações foi a luta incansável pela efetiva instalação da Usina Siderúrgica do Ceará. Além de fazer diversos pronunciamentos sobre o tema em plenário, Patrícia cobrou diretamente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Palácio do Planalto, o cumprimento de sua promessa de campanha de levar a siderúrgica para o Ceará. O empreendimento geraria cerca de 10 mil empregos, entre diretos e indiretos, para o Estado. A usina terminou saindo, com investimento ainda maior, mas com o carvão mineral como combustível, em vez do gás que seria provido pela Petrobras. Embora reconhecendo a importância do projeto

para o Estado, a senadora lamentou que o governo federal não tenha cumprido seu papel de participar do empreendimento como investidor.

O ano foi marcado também pela crise institucional em que o Senado se viu envolvido depois das denúncias de corrupção contra seu então presidente, Renan Calheiros. A senadora Patrícia acompanhou de perto e com cautela o desenrolar dos acontecimentos. Na época da primeira votação de Renan em plenário, ela já tinha se convencido de que havia elementos suficientes para cassar o senador. Patrícia declarou aos jornais que seu voto fora a favor da cassação na votação secreta que acabou absolvendo Renan Calheiros. Na saída da sessão, a senadora declarou à imprensa achar "uma vergonha" o resultado da votação.

■ PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Em 2007, Patrícia Saboya assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ampliando sua área de atuação. Ao longo do ano, a CAS aprovou propostas importantes que trouxeram melhorias para a saúde dos brasileiros e avanços no campo dos direitos trabalhistas. A senadora Patrícia procurou equilibrar a votação de projetos com audiências públicas sobre os assuntos abarcados pela comissão. No primeiro semestre, a CAS aprovou, por exemplo, projeto que permite que os empregadores abatam da contribuição para a Previdência Social os gastos com a educação superior de seus empregados. "É um incentivo aos trabalhadores que não podem pagar uma universidade", comemorou a senadora. "Sairão beneficiados o empregado, que melhorará sua formação; a empresa, que terá um empregado mais preparado; e o Brasil, que disporá de mão-de-obra mais qualificada", analisou a presidente.

Outro projeto aprovado pela Comissão é o que garante que o pescador artesanal solicite o seguro-desemprego 15 dias antes do início do período de defeso, época de reprodução dos peixes, em que o Ibama proíbe a pesca. A proposta obriga o Ministério do Trabalho a liberar a primeira parcela do seguro no primeiro dia do defeso. Na área de saúde, se destacaram a proposta que permite que o empregado se afaste temporariamente do trabalho para realizar exames de detecção precoce de câncer de mama, útero e próstata e o projeto que cria a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde.

Audiências Públicas

Por ser a saúde um dos temas principais da CAS, o ministro da pasta, José Gomes Temporão, foi convidado para falar sobre as ações do Ministério. Temporão defendeu em audiência pública a decisão do gover-



Jane Araújo / Agência Senado

Senadora, na presidência da CAS, ouve as explicações do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre as ações da pasta

no de promover o licenciamento compulsório do medicamento anti-Aids Efavirenz, substituindo-o por um genérico mais barato fabricado na Índia. Ele explicou que o laboratório Merck só ofereceu um desconto de 2%, nas negociações feitas com o Ministério. Ele garantiu que a decisão não afetaria os interesses da indústria farmacêutica no Brasil, que vem sendo incrementada pela construção de novos laboratórios. O ministro defendeu ainda a regulação dos anúncios publicitários de bebidas alcoólicas, com a restrição dos horários de veiculação.

A regulamentação de profissões foi outro tema debatido em duas audiências públicas, por requerimento da presidente da Comissão. Uma série de profissões no Brasil ainda não é oficialmente reconhecida ou não tem um código de ética que a regule.

Outra audiência pública importante convocada por Patrícia Saboya, como presidente da CAS, foi a que discutiu a situação dos planos de saúde no Brasil. O presidente da Associação Nacional de Saúde Comple-

J. Freitas / Agência Senado



Audiência pública na CAS discute planos de saúde

mentar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, chegou a admitir na comissão que, desde 2003, os reajustes anuais das mensalidades dos planos de saúde têm ficado bem acima da inflação, com a autorização da própria ANS. A audiência foi a primeira de uma série que discutiu os problemas enfrentados tanto pelos usuários da chamada saúde complementar brasileira, quanto pelos médicos associados ao sistema. Há mais de uma década e meia, os pacientes reclamam de aumentos abusivos nos planos e da falta de uma cobertura que atenda às suas necessidades. Os médicos, por outro lado, se ressentem de uma remuneração por parte das administradoras de planos de saúde que seja condizente com as suas expectativas.

■ PROJETOS APRESENTADOS

Em 2007, ano em que assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Sociais, a senadora Patrícia Saboya procurou diversificar as áreas de abrangência também na hora de apresentar projetos. Além de propostas voltadas para as áreas de infância e de desenvolvimento regional e do Ceará, Patrícia apresentou projetos nas áreas de saúde e trabalho, temas abarcados pela CAS.

Licença-Paternidade

Preocupada com a importância da presença do pai junto ao filho nos primeiros dias após o nascimento, a senadora Patrícia apresentou projeto aumentando o tempo de licença-paternidade para quinze dias. Atualmente, o pai só tem direito a dar atenção exclusiva ao filho recém-nascido por cinco dias, insuficientes para que ele possa contribuir com uma assistência mais efetiva ao bebê e à mãe. "O período de

quinze dias, se não é o ideal, é um passo para estabelecer um vínculo seguro, de afeto e responsabilidade, com os filhos, principalmente em um momento em que a mãe pode se sentir fragilizada devido ao período de gravidez ou em consequência da recuperação pós-parto", afirma a senadora Patrícia na justificativa da proposta.

Educação Infantil

Dando continuidade à luta por mais qualidade de vida para a primeira infância, Patrícia Saboya apresentou, novamente em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), projeto de lei que visa proporcionar a ampliação da oferta de creches e pré-escolas no País. A proposta cria o Pronei (Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física) e dispõe sobre o financiamento para construir e equipar unidades de Educação Infantil. O texto prevê que o financiamento, com recursos do FGTS, será concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos para viabilizar a construção e o funcionamento de creches e pré-escolas prioritariamente localizadas em comunidades de baixa renda. A senadora lembra que apenas 9,9% das famílias pobres no Brasil têm acesso a creches. "A Educação Infantil cobre os primeiros seis anos de vida, entendidos na atualidade como o período decisivo para a estruturação saudável da personalidade do ser humano, razão pela qual deve merecer a mais ampla proteção social", diz Patrícia na justificativa do projeto.

Trabalho Legal

Outro projeto apresentado por Patrícia Saboya é o que institui a estabilidade provisória ao empregado que não possui contrato de tra-

balho. O objetivo da proposta é pressionar os empregadores a não mais contratar trabalhadores irregularmente. Na justificativa do projeto, a senadora argumenta que, com o trabalho ilegal, "perde o empregado, pela subtração ilícita de seus direitos; perde o empregador sério e responsável, pela concorrência desleal de empregadores inescrupulosos; e perde o Brasil, que está sob vigilância permanente de outros países e organizações, podendo ser acusado de dumping social e ter barrada parte de seus produtos de exportação onde tal prática seja identificada".

Maior Cobertura Médica e Nutricional

O projeto de lei nº 598, apresentado pela senadora Patrícia Saboya em 17 de outubro de 2007, modifica a lei que regula os planos de saúde para corrigir uma distorção: no seu texto atual, a assistência à saúde é



Geraldo Magela / Agência Senado

Ao longo de 2007, Patrícia Saboya participou dos principais debates em plenário e nas comissões

confundida com assistência médica. Hoje se entende que a efetiva assistência à saúde resulta do trabalho de uma equipe composta por outros profissionais além do médico, do dentista e do enfermeiro. Para cumprir esse objetivo, o projeto determina que os planos de saúde também cubram serviços de apoio diagnóstico, tratamentos, assistência nutricional e demais procedimentos ambulatoriais, sempre que solicitados pelo médico. Da mesma forma, os planos deverão custear exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e para a elucidação diagnóstica. É o caso do fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, sessões de quimioterapia e radioterapia, e assistência nutricional. A cobertura, atendendo a prescrição do médico, ocorrerá em todos os casos, durante o período de internação hospitalar.

Menos Impostos

Em 16 de agosto de 2007, Patrícia Saboya apresentou o Projeto de Lei nº 481, que concede às creches e pré-escolas as isenções e demais benefícios previstos no Supersimples. A senadora havia considerado uma injustiça a exclusão dessas duas modalidades de escolas do tributo simplificado. O chamado Supersimples é o regime unificado e simplificado para pagamento de tributos, tanto federais quanto estaduais e municipais. A grande maioria das pequenas empresas foi incluída na relação das que podem adotar esse sistema, que facilita muito seu trabalho. Para Patrícia, as creches e pré-escolas precisam ser incentivadas ao máximo, uma vez que seu papel é vital não apenas para ensinar, mas também, e principalmente, para fornecer às crianças os estímulos culturais que lhes garantirão um futuro melhor.

■ PROJETOS RELATADOS

Entre os diversos projetos relatados pela senadora Patrícia nas comissões de que ela faz parte, destacamos alguns que mostram a diversidade de temas e a relevância dos assuntos sobre os quais a senadora se debruçou em 2007.

Recursos para a Saúde

No segundo semestre de 2007, coube à senadora Patrícia Saboya a relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto que regulamenta a Emenda 29 à Constituição. A proposta estabelece os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde. Em seu parecer,



Juliana Rodrigues / MS

Senadora se reúne com o ministro Temporão para discutir projeto que define investimentos na área da saúde

a senadora optou por um critério que aumentaria em R\$ 22 bilhões os valores a serem aplicados em saúde a partir de 2008. Apesar de sua tese não ter prevalecido na CAE, o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Augusto Botelho, a retomou e a proposta terminou sendo aprovada. Uma subemenda de Patrícia na CAS ajudou o projeto de Botelho a ser aprovado na Comissão. O dispositivo compensa os Estados do Norte e Nordeste brasileiros ao determinar que os investimentos a serem feitos em saúde sejam distribuídos "em proporção inversa à capacidade da rede assistencial de saúde de cada Estado". É que o critério atual estabelece que os Estados que têm redes bem estruturadas de saúde pública recebam mais recursos. "Não temos rede de saúde formada no Nordeste. Então, atualmente, recebemos menos recursos. E há sempre um discurso (do governo federal) de que precisamos investir no Nordeste para compensar a dívida que temos com a região mais pobre do nosso País", justificou a senadora Patrícia ao ler seu voto.

Meio Ambiente

Patrícia Saboya relatou também um projeto que visa preservar o meio ambiente de uma importante ilha do Rio de Janeiro. Ela apresentou substitutivo a projeto do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), transformando o arquipélago das Cagarras, que encanta os cariocas e visitantes da praia de Ipanema, em Unidade Federal de Conservação da Natureza. Gabeira pretendia que as Cagarras fossem consideradas um Monumento Natural, o que não foi possível por razões jurídicas. O projeto aprovado deixou de fora da área a Ilha Rasa porque ali se situam instalações da Marinha.

Musicoterapia

Patrícia Saboya também se debruçou sobre o tema da musicoterapia, profissão que usa a música como forma de tratamento terapêutico, e que não era regulamentada no Brasil. A senadora deu parecer favorável na Comissão de Educação à criação de um conjunto de normas que permitissem o reconhecimento da musicoterapia como uma profissão.

■ PROJETOS APROVADOS E SANCIONADOS

Licença-Maternidade de Seis Meses

Outubro de 2007 marcou a primeira aprovação do projeto de lei 281-05, que aumenta a licença-maternidade para seis meses. Após dois anos de discussão com a sociedade civil, empresários e com os próprios senadores, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou a proposta por unanimidade. A decisão foi muito bem recebida pela imprensa também, com uma cobertura ampla. O jornal Folha de São Paulo fez um editorial a favor da proposta (detalhes sobre o projeto no Capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência).

O ECA nos currículos

Em setembro de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei baseada no projeto 5705/05 da senadora Patrícia, que estabelece que o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) faça parte do currículo obrigatório das escolas de Ensino Fundamental. A nova norma altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacio-

nal (9.394/96) e define que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) seja a principal fonte do novo conteúdo a ser ministrado nas escolas. A lei estabelece ainda que o Programa Nacional do Livro Didático preveja a distribuição gratuita do ECA para todos os estudantes das escolas públicas de 1º grau, a cada quatro anos.

Difusão de Direitos Fundamentais

Já em dezembro de 2007, o Senado aprovou o projeto 490/2003, de Patrícia Saboya, que dispõe sobre a divulgação, por órgãos públicos, dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. A proposta estabelece que constarão trechos dos instrumentos que consagram esses direitos nos contracheques mensais dos servidores públicos federais e na publicidade de atos, obras, serviços e campanhas do governo. As emissoras públicas de rádio e televisão também incluirão na sua programação material alusivo aos direitos fundamentais e humanos. O projeto, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, seguiu para apreciação pela Câmara dos Deputados.

Roosevelt Pinheiro / Agência Senado



Opinião da Senadora e Reconhecimento Público

O que pensa Patrícia Saboya sobre alguns dos principais temas nacionais e as manifestações de apoio ao trabalho dela

"Vou usar a tribuna desta Casa para cobrar algo que tem mobilizado o Ceará inteiro ao longo de muitos anos, mas principalmente após o primeiro Governo do presidente Lula, quando todos nós, cearenses, criamos a expectativa e a esperança de uma siderúrgica para o Estado. O Ceará tem-se preparado, desde 1994, com a ampliação de sua infra-estrutura para a criação dessa siderúrgica. Trata-se de um projeto estruturante no sentido de que pode ter um impacto significativo no desenvolvimento do meu Estado. Isso significa um impacto de pelo menos 5% no PIB (Produto Interno Bruto) do Ceará; significa, se formos somar empregos diretos e indiretos, uma perspectiva de sete a dez mil empregos. Mas o que é mais importante: a atração de novos negócios para o Ceará e a possibilidade de que o Estado possa sair de uma situação de tantas dificuldades, de tanta pobreza, e possa ser capaz de investir em políticas sociais, em segurança, em saúde, em educação, tendo já uma condição, que é a de uma siderúrgica desse porte no Estado do Ceará."

Senadora, em pronunciamento cobrando a instalação da siderúrgica no Ceará.

"Ao longo desses meses todos, eu e principalmente o senador Tasso Jereissati, agora também o senador Inácio Arruda, e toda a bancada do Ceará, já nos reunimos com pessoas do governo, com os responsáveis - na época, o Ministro Silas Rondeau, a Ministra Dilma Rousseff -, com a expectativa de que os investidores pudessem aguardar um pouco mais, os investidores coreanos, italianos, que são sócios nessa siderúrgica, e o próprio parceiro, que é o BNDES. Para minha tristeza, tive de escutar o presidente da Petrobras, numa reunião na Câmara dos Deputados com a bancada do Nordeste, dizendo da inviabilidade da siderúrgica do Ceará. Ora, dizer isso depois de 14 anos de negociação; depois da assinatura de um contrato - que está sendo quebrado pelo governo federal; depois da humilhação por que estão passando os investidores coreanos e italianos, com uma obra que está paralisada há oito meses no meu Estado! O presidente Lula, na campanha do seu segundo mandato, prometeu que a siderúrgica era do povo do Ceará. Em seguida, foi novamente ao Estado do Ceará e prometeu que a siderúrgica era do povo do Estado do Ceará. O Sr. Gabrielli, desautorizando - que acredito seja o mais grave - o presidente Lula, disse que a siderúrgica era inviável para o Estado do Ceará. Eu disse lá no meu Estado, neste final de semana, que não vou mais cobrar do Sr. Gabrielli. Vou agora cobrar - e se for preciso, todos os dias, da tribuna desta Casa - do presidente Lula, que prometeu a siderúrgica e que teve sua terceira maior votação no Estado do Ceará."

Patrícia Saboya cobra novamente a ida da siderúrgica para o Ceará.

"Disse ontem, desta tribuna, que não iria mais cobrar essa siderúrgica do Sr. José Sérgio Gabrielli, que é presidente da Petrobras e que já demonstrou ser completamente contrário à ida da siderúrgica para o meu Estado. Disse que, a partir de ontem, se possível, iria todos os dias à tribuna do Senado, utilizaria os microfones desta Casa para cobrar do presidente Lula a siderúrgica do Estado do Ceará. Farei isso se assim for preciso, Sr. presidente, mesmo sendo da base aliada do presidente Lula, mesmo confiando na palavra do presidente Lula de que essa siderúrgica é do Ceará e vai para o Ceará. Eu não posso deixar de cobrar, como representante do meu Estado, todos os dias, se for preciso, que a siderúrgica vá para o Ceará. O povo cearense é um povo trabalhador, um povo lutador, é um povo que não desiste diante do sofrimento, é um povo que tem muita paciência, mas a nossa paciência também tem limite."

Outro discurso da senadora sobre a importância da siderúrgica.

"Parabéns pela sua brilhante atuação parlamentar e por representar bem o posto histórico de primeira senadora do Ceará. Fico muito ansioso por sua possível candidatura à prefeitura de Fortaleza. Saudações."

Manifestação de apoio de Rafael Bastos, por email.

"Sou moradora de Fortaleza e sempre leio suas notícias em jornais e revistas. Vejo que tem feito muito por todos que acreditaram em você. Continue sempre a pensar no povo que tanto confia nos representantes que elege. Abraços sinceros."

Rita Novais, por email.

"Orgulho-me de ter votado em Vossa Excelência, sobretudo após a leitura de capa a capa da publicação **Os primeiros quatro anos no Senado**. A sua luta em prol da criança abandonada, da exploração sexual, do combate à violência infantil são marcas de defesa forte e de resolutividade do seu trabalho benemérito. A sua palavra no Senado, nas reuniões interestaduais, nas conferências mundiais, com o seu saber peculiar do assunto, nos dá certeza de que fomos iluminados divinamente quando lhe elegemos para a Câmara Alta do País. A senhora enobrece nossa pátria, nosso querido Estado do Ceará e nos envaidece de sermos cearenses."

Joaquim Lôbo de Macêdo, por carta.

"Senadora Patrícia Saboya, quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz da tribuna. Quero dizer que sou testemunha da sua postura de grandeza, do amor que tem pelo seu Estado. Tenho visto aqui o quanto Vossa Excelência se preocupa, senadora, com o Estado em que nasceu. É nossa obrigação fazer o que Vossa Excelência está fazendo, com muita propriedade, com uma inteligência singular, na tarde de hoje. Fomos colocados neste Parlamento exatamente para defender nossos Estados, os interesses da população dos nossos Estados, daquelas pessoas que confiaram em nós. É nossa obrigação fazer essa defesa. Por isso, quero parabenizá-la, mais uma vez, pela sua grandeza e pelo amor sincero que Vossa Excelência tem pelo Ceará."

Senador Mário Couto (PSDB-PA) em aparte a discurso proferido por Patrícia Saboya sobre a polêmica da siderúrgica.

"Sou favorável ao aprofundamento das investigações, mas com certa agilidade, porque a população brasileira começa a desconfiar daquilo que está acontecendo ali (no Conselho de Ética). Sei que é muito difícil. Essa é a nossa responsabilidade, essa é a nossa obrigação e temos que dar uma resposta, o mais rápido possível, porque corremos o risco de que a Casa inteira sofra esse desgaste. Já ouvi alguns dizendo que a Casa fica sangrando, não só o presidente. Segundo a última pesquisa realizada, apenas 1% da população acredita no Congresso. Essa é uma lição sobre a qual devemos refletir, para aprender e tomar uma decisão mostrando o que queremos e devemos fazer, inclusive a respeito da existência do Conselho de Ética, porque, muitas vezes, quando absolvemos alguns dos nossos pares, pode parecer que há certa cumplicidade e, quando condenamos, pode parecer que isso é apenas uma articulação política. Portanto, considero muito difícil a situação do Conselho de Ética, cuja existência merece uma reflexão de todos nós."

Manifestação da senadora sobre as investigações no Conselho de Ética do Senado Federal.

"Hoje, no momento de descrédito que vivemos, considero uma vergonha um resultado como este. Não acho que o presidente Renan Calheiros possa continuar a presidir o Senado. Acho que, no mínimo, agora, após uma votação apertada como a de hoje e um processo desgastante como está sendo este para o Senado, o senador deveria ter a grandeza de se afastar da Presidência. Ele tem que preservar a instituição. As pessoas passam, a instituição continua."

Senadora Patrícia, ao comentar o resultado da votação em plenário que absolveu o então presidente da Casa, Renan Calheiros. Patrícia Saboya votou pela cassação do senador.

"Esta Casa, neste momento, precisa de muita tranqüilidade e calma. O projeto de que Vossa Excelência é relator será muito importante e decisivo para esses últimos acontecimentos. O projeto trata do afastamento automático daqueles membros da Mesa ou do Conselho de Ética que, de alguma forma, estejam sob suspeita ou tenham quebrado o decoro parlamentar. A partir do momento em que a Mesa aceitar essa representação, esse senador ou senadora estará automaticamente afastado do cargo. Portanto, temos urgência em votar esse projeto, para que a Casa possa pelo menos tentar voltar a um pouco da sua normalidade. É muito triste ver a situação em que estamos nesse momento. Há um acompanhamento da sociedade, que cobra de cada um de nós equilíbrio neste momento e o resgate de uma Casa que tem uma história de muita luta e de muita tradição. Acho que acabar também de uma vez por todas com o voto secreto para a cassação de parlamentares é uma medida que vai, evidentemente, colaborar com a democracia, que vai ajudar cada vez mais os nossos eleitores, a população que nos acompanha, aqueles que estamos aqui representando, a terem consciência do desempenho e do comportamento de cada um de nós."

Patrícia Saboya em aparte a discurso do senador Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE) comentando a crise política do Senado.

"Uma vez lhe afirmei no plenário do Senado, por ocasião da entrega da Medalha Bertha Lutz, que nutria enorme admiração por Vossa Excelência. Agora, após ler o seu pronunciamento sobre a absolvição do senador julgado (Renan Calheiros), vejo e dimensiono a sua grandeza. Continue assim, senadora. Pelo menos nós, mulheres, e, em especial, nordestinas, temos em Vossa Excelência um espelho e uma esperança. Continuamos a acreditar, vez que em algumas ocasiões deveríamos pregar na porta de entrada da nossa casa 'Aqui, revoga-se a esperança'. Um grande abraço".

Socorro Brito, por email.

"Espero que o caso dessa menina do Pará possa ser, mais uma vez, uma lição para os homens e mulheres brasileiros que têm a responsabilidade de cuidar dessas crianças. E que, de uma vez por todas, possam ter vergonha na cara. Desculpe-me o termo, mas que criem vergonha na cara, que deixem de abraçar criança na hora dos comícios, na hora das politicagens, para, no dia seguinte, esquecerem de colocar dinheiro no Orçamento, de propósito. Esquecem de colocar dinheiro para recuperar essas crianças nos programas de proteção às vítimas e testemunhas, nos programas de combate à exploração sexual, nos programas de combate ao trabalho infantil, que anda crescendo novamente em nosso País; e nas ações contra tantas outras mazelas que a irresponsabilidade das autoridades faz com que, cada vez mais, o coração dos nossos filhos sangre. (...) Estou vendo aqui hoje nos jornais: 'Pastoral cobra punição para a violência no Pará', 'Deputados querem o afastamento de agentes' (a comissão externa de Deputados que viajou até o Pará). O estupro da menina do Pará teria sido gravado! Ontem, o Jornal Nacional mostrou que um celular, talvez de um dos agentes penitenciários ou de um próprio presidiário, filmou a menina de costas, mantendo relações em um banheiro. Portanto, é absurdo, é cruel, mas o que é mais nojento em tudo isso é a omissão."

Discurso da senadora sobre o caso da adolescente de 15 anos que ficou presa com 20 homens no interior do Pará e sofreu abusos sexuais.

"Meus cumprimentos a Vossa Excelência, senadora Patrícia Saboya, a quem todo o Senado entende que fala hoje como um editorial da Casa".

**Presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC),
comentando pronunciamento da senadora sobre o caso da
menina violentada no Pará.**

"Parabéns pelo discurso no Senado dia de hoje. Temos, nós todos, a obrigação de não perder a oportunidade de falar sempre que possível em amor, respeito, solidariedade.... O caso da menina da prisão é só mais uma arbitrariedade desses monstros!!! Como a senhora falou: é no-jen-to!"

Marlí Marlene Cunha, por email.

"Precisamos investir desde cedo nas nossas crianças, desde o momento em que elas ainda estão no ventre de suas mães, garantindo a todas as mulheres brasileiras acesso a um pré-natal, parto e pós-parto de qualidade. A etapa seguinte, a dos primeiros seis meses de vida do bebê, também merece uma atenção toda especial. Por isso, apresentei, em agosto de 2005, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), projeto de lei prevendo a licença-maternidade de seis meses para as trabalhadoras da iniciativa privada em troca da concessão de incentivos fiscais às empresas que aderirem à idéia. A proposta ganhou o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mais de dois anos se passaram e posso dizer, com certeza, que temos acumulado significativas vitórias nessa caminhada. A idéia da licença de seis meses vem conquistando cada vez mais corações e mentes em todo o Brasil, despertando o interesse não apenas das trabalhadoras, mas também dos representantes do Poder Público. Além da adesão cada vez maior nos Estados e Municípios, temos o apoio entusiasmado do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, à nossa causa. E cada vez mais empresas percebem o quanto é importante adotar a licença ampliada."

Patrícia Saboya em discurso sobre seu projeto de lei que propõe a ampliação da licença-maternidade.

"Nesta semana o Senado deixou de lado a baixíssima política que por mais de quatro meses vinha marcando a Casa. Aprovou o projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que estende a licença-maternidade de quatro para seis meses. Não são muito freqüentes os atos congressuais capazes de obter um consenso tão amplo. A iniciativa foi endossada por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Por seu caráter terminativo, permanece aberta para discussão por cinco dias e, não havendo recurso por parte de algum senador, segue diretamente para a Câmara de Deputados. É de prever que seja aprovada sem percalços, porque são preponderantes as razões para fazê-lo."

Editorial da Folha de São Paulo do dia 20 de outubro de 2007 sobre a aprovação da proposta de ampliação da licença-maternidade.

"A decisão de ontem do Senado, possibilitando o aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses, tem tudo para passar na Câmara, sem alterações. É uma vitória da sociedade brasileira. Se é uma questão econômica? É também, porque pode aumentar a carga já tão pesada das empresas e, em conseqüência, desestimular o emprego de trabalhadoras. Mas é, antes de tudo, uma questão social de alta relevância. E de saúde pública, como defende o ministro da área, José Gomes Temporão. O projeto da OAB e da Sociedade Brasileira de Pediatria, encampado pela senadora Patrícia Saboya, foi engenhoso ao equilibrar o objetivo social com a preocupação econômica. A ampliação é facultativa, e as empresas que aderirem terão isenção fiscal pelos dois meses que extrapolarem os pagos pelo INSS. É um começo. O próximo passo, um dia, será a ampliação obrigatória, inclusive para o setor público."

Jornalista Eliane Cantanhêde, da Folha de São Paulo, comentando, em sua coluna do dia 19 de outubro de 2007, a aprovação do projeto de lei da senadora sobre licença-maternidade.

"O projeto da senadora Patrícia trará mais qualidade de vida para as crianças, suas mães e seus pais. Sou favorável ao acréscimo de dois meses na licença-maternidade e vou apoiar incondicionalmente a idéia por ser uma questão de saúde pública. Além de garantir a redução da diarreia e de outras doenças (por causa da amamentação até os seis meses), a licença ampliada irá garantir a relação mãe-bebê, fundamental no primeiro ano de vida como uma estratégia de saúde física e mental para esse brasileiro ou essa brasileira que está nascendo. Atualmente há uma redução na qualidade do trabalho da mãe que volta ao serviço."

Ministro José Gomes Temporão, apoiando a licença de seis meses.

"Senadora Patrícia, seu projeto, na verdade, tem uma abrangência infinita em termos de benefícios gerados em curto, médio e longo prazo. É uma revolução no sentido da formação e do desenvolvimento das nossas crianças e tenho certeza de que será uma imensa alegria para homens e mulheres, que terão mais oportunidades para cuidar de seus filhos."

Senador Paulo Paim (PT-RS), falando sobre o projeto da licença-maternidade, do qual ele foi o relator.

"Parabéns pelo brilhante projeto de lei 281/2005, que enfoca um princípio desconhecido pelas autoridades e pela população que agora Vossa Excelência fez renascer, que é o princípio da dignidade da pessoa humana e o tão sonhado cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Agradecimento pela valorização da mulher em poder amamentar e dar carinho necessário por seis meses

ao futuro cidadão da nossa pátria. Aproveito o ensejo para lhe dizer: mulher, guerreira, honesta e, por ser da minha terra, Estado que precisa estar na Presidência da República."

**Fátima Regina da Silva Feitosa Correia,
por email.**

"Gostaria de parabenizá-la pelo projeto que aumenta a licença-maternidade. Graças a projetos dessa magnitude é que podemos acreditar que o Brasil ainda tem jeito. É justo uma mãe poder amamentar seu filho até os seis meses de idade. Você é 10. Parabéns. As crianças do Brasil lhe agradecem."

Raimundo Soares, por email.

"Parabéns pela aprovação de um projeto tão importante para as crianças e para a família. Vossa Excelência honra o seu mandato com mais este importante trabalho. Sua luta pelas crianças tem sido exemplar e digna de aplauso de todos os cidadãos. Como mãe e profissional, sei o quanto essa ampliação da licença-maternidade é importante para o desenvolvimento afetivo e físico do bebê. Fico feliz que ainda haja na política pessoas com a sensibilidade e o bom senso de V. Excelência."

Akemi Sant'Anna, por email.

"Senadora, gostaria de parabenizá-la pelo grande projeto de sua autoria (o da ampliação da licença-maternidade). Sem dúvida, um dos projetos mais ousados e importantes dos últimos anos. Já venho acom-

panhando há tempos sua luta para que as mulheres, mães e crianças tenham esse mínimo direito à vida, ao amor, à família e a outros pilares tão importantes para todos nós brasileiros."

Marcos Adnet, por email.

"Gostaria de parabenizar a proposta da senadora Patrícia no que diz respeito à ampliação da licença-maternidade. Nesses primeiros momentos de vida da criança, é muito importante a presença da mãe, além do fato desse prolongamento implicar ainda em estender o período do aleitamento materno. Parabéns à senadora pela sua atitude que, diferentemente da grande maioria dos seus colegas, ainda se preocupa com o povo brasileiro e cumpre realmente com o seu trabalho."

Carolina Agosti, por email.

"Como senadora, sinto-me impotente diante de tanta violência, diante de tanta perversidade, de tanta crueldade que tem acontecido no nosso mundo. O que fazemos aqui há tantos anos, senador Romeu Tuma, se não conseguimos frear a situação de degradação social que nos levou a testemunhar um crime tão selvagem como o assassinato de um menino de seis anos de idade, que foi arrastado pelas ruas do Rio como um trapo? As palavras doem, ferem e cortam. Mas precisamos sentir isso para realizar a dor dessa família. Eles têm a mesma dor do Brasil real. A dor de um Brasil que espera de nós soluções - e não apenas belas e indignadas palavras, como foi dito hoje mesmo em um e-mail que recebi. Já estou cansada, senador Romeu Tuma, de vir à tribuna desta Casa, como fiz quando era deputada estadual na Assembléia do meu Estado, quando fiz quando

era vereadora na Câmara Municipal da minha cidade, que é Fortaleza. Estou cansada de insistir, de alertar para o fato de que, quando falamos que a criança e o adolescente são prioridades, não se trata de um capricho de quem quer se dedicar a uma agenda social para ser boazinha, para ser agradável ou para ser simpática. Quando eu me dedico a essa causa, quando brigo por ela, é porque tenho convencimento de que só seremos capazes de viver numa sociedade com mais justiça quando os nossos filhos tiverem o direito de serem crianças, quando pudermos viver num Brasil em que as crianças possam se divertir, brincar, estudar, ter acesso ao lazer, ao esporte, à arte, à cultura, ao teatro. Esse é o sonho do nosso País. Não é vivermos como estamos vivendo, em uma sociedade partida em duas: as crianças pobres, que precisam ir para a cadeia cada vez mais cedo, que estão virando marginais; e as crianças da classe média e as mais ricas, que têm acesso a tudo do bom e do melhor.”

Senadora Patrícia em discurso sobre a morte do menino João Hélio, no Rio de Janeiro.

“Não podemos retroceder. Diminuir a idade penal, para mim, é caminhar para trás. Reduzir a maioridade penal para 16 anos? Por que não para 14, 12 ou 10 anos? Por que com 16 anos os adolescentes votam? Eles podem votar, mas não podem ser votados justamente porque não têm a maturidade suficiente para assumir essas responsabilidades. Não estou, de forma alguma, defendendo o crime, os horrores que, quando imagino, me tiram o sono. Imagine uma criança de seis anos de idade arrastada por um carro madrugada adentro, por uma cidade como o Rio de Janeiro, sem que ninguém pudesse fazer absolutamente nada para salvar sua vida! Está na hora de falarmos sobre este assunto. Não posso deixar de dizer a esta Casa que também precisamos olhar o outro lado. Quem

são esses que estão hoje matando? Será que as crianças brasileiras pobres, porque são pobres, nascem com o desejo de matar? Claro que não! É essa sociedade doente que está matando essas crianças. É essa sociedade que não dá direito à alimentação, à casa, à profissionalização, a um futuro, que está matando essas crianças. E não é matando mais ainda que nós vamos resolver o problema da criminalidade no nosso País. Sei que muitos divergem de mim. Mas quero poder estar aqui, defendendo o que eu penso, porque, se esses filhos que estivessem nas ruas hoje fossem meus, eu também estaria querendo brigar por eles. Não é porque os meus filhos não estão nas ruas, não é porque os meus filhos têm direito à escola que eu não devo me importar com a dor desses que nascem e crescem, sem valores, sem idéias, sem limites. A vida para esses é um sopro. Tanto faz viver até os 15 anos de idade, como viver até os 30, até os 40 ou até os 50. Não importa. Tanto faz estar na cadeia ou fora da cadeia."

Patrícia Saboya em pronunciamento sobre a proposta de redução da maioridade penal.

"Senadora Patrícia Saboya, Vossa Excelência trouxe aqui um discurso carregado de muita emoção, como raramente eu vi, sem perder a lucidez. Isso é que é importante, porque, nesse clima que estamos vivendo, de repente começamos a ser dominados pela emoção. Não se pode perder alguns rasgos de lucidez. A idéia de que vamos enfrentar essa fábrica de horrores que é o Brasil, fábrica de criminosos, adultos ou mirins, apenas reduzindo a maioridade penal, criando pena de morte para adultos e crianças, é claro que é esconder a cabeça dos verdadeiros problemas; é a vocação para avestruz que a sociedade brasileira tem. O problema é muito mais sério, mais profundo."

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em aparte a discurso de Patrícia Saboya sobre o problema da violência juvenil.

"Senadora Patrícia, quero cumprimentá-la pelo seu clamor, de tamanho significado, que representa também a sua luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, e expressar que estou basicamente de acordo com Vossa Excelência quando diz que o importante é caminharmos na direção de criar as condições de realização de Justiça em nosso País, provendo todas as crianças, como também ressaltaram o senador Cristovam Buarque e Vossa Excelência, do direito de ir à escola, de terem oportunidade da melhor educação possível e, sobretudo, de terem condições de sobrevivência adequadas. Então, é preciso que venhamos a dar os passos necessários para a construção de Justiça em nosso País, porque isto sim é que contribuirá muito rapidamente para a diminuição da violência. Tem Vossa Excelência a minha solidariedade e o meu apreço. E ainda que aqui expresse, como eu, o respeito aos que têm opiniões diversas, embora manifestem igual indignação, podem saber os brasileiros que há muitos aqui, no Senado Federal e no Congresso Nacional, que estão de acordo com o fato de tomarmos os devidos cuidados ao promover nova legislação a respeito desse tema."

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em aparte ao pronunciamento da senadora sobre a questão da violência juvenil e da redução da maioridade penal.

"Quero parabenizá-la pelo seu discurso e pela sua postura emocionante, coerente e corajosa perante a audiência que discutiu a redução da maioridade penal. Como seria interessante que a TV Senado fosse acessível a todos os brasileiros, que poderiam, desta forma, acompanhar e conhecer com mais profundidade o trabalho e o pensamento das pessoas que são eleitas por nós para nos representar na defesa de nossos direitos. Saiba que na atual conjun-

tura desse País é muito importante sabermos que existem políticos corajosos, sérios e que não estão ocupando assentos apenas para garantir salário e mordomias, mas sim estão trabalhando na defesa e em prol da sociedade brasileira."

Enizete de Alencar Rodrigues, por email.